



NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS DE 14 a 18 DE JANEIRO DE 2019

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS DIPLOMAS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 267/XIII](#)

Proíbe e pune o assédio no arrendamento, procedendo à quinta alteração ao Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro

[Decreto da Assembleia 266/XIII](#)

Medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio entre arrendatários e senhorios, a reforçar a segurança e a estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade

[Decreto da Assembleia 265/XIII](#)

Cria o Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana para acompanhamento do mercado de arrendamento urbano nacional

AMBIENTE

[Portaria n.º 28/2019 - Diário da República n.º 13/2019, Série I de 2019-01-18](#)

Administração Interna, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Saúde, Planeamento e Infraestruturas e Ambiente e Transição Energética

Altera a [Portaria n.º 145/2017](#), de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), e a [Portaria n.º 289/2015](#), de 17 de setembro, que aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema de Registo Eletrónico Integrado de Resíduos (SIRER)

[Decreto-Lei n.º 10/2019 - Diário da República n.º 13/2019, Série I de 2019-01-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa

ENERGIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2019 - Diário da República n.º 9/2019, Série I de 2019-01-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova os projetos de instalação e beneficiação de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Estatísticas das empresas da central de balanços 3.º trimestre de 2018](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Consulta pública sobre restrição da comercialização, distribuição e venda de CFDs e proibição da comercialização, distribuição e venda de opções binárias a investidores não profissionais](#)

[Circular sobre a supervisão do regime recomendatório do Governo Societário – novas regras e procedimentos para 2019](#)

[Indicadores trimestrais de day-trading - 4º trimestre de 2018](#)

SAÚDE

[Portaria n.º 17/2019 - Diário da República n.º 10/2019, Série I de 2019-01-15](#)

Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde

Portaria que estabelece os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)

[Decreto-Lei n.º 8/2019 - Diário da República n.º 10/2019, Série I de 2019-01-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis para fins medicinais

SEGUROS

[Lei n.º 7/2019 - Diário da República n.º 11/2019, Série I de 2019-01-16](#)

Assembleia da República

Aprova o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, transpondo a Diretiva (UE) [2016/97](#), altera a [Lei n.º 147/2015](#), de 9 de setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e revoga o [Decreto-Lei n.º 144/2006](#), de 31 de julho

TRABALHO

[Portaria n.º 20/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que atualiza o valor de referência anual da componente base e do complemento da prestação social para a inclusão e o limite máximo anual de acumulação da componente base com rendimentos de trabalho

[Portaria n.º 21/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que atualiza o valor de referência do complemento solidário para idosos, bem como o complemento solidário para idosos atribuído

[Portaria n.º 22/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que procede à alteração do artigo 31.º da [Portaria n.º 257/2012](#), de 27 de agosto, alterada pelos [Decretos-Leis n.os 13/2013](#), de 25 de janeiro, e [1/2016](#), de 6 de janeiro, e pelas [Portarias n.os 5/2017](#), de 3 de janeiro, [253/2017](#), de 8 de agosto, e [52/2018](#), de 21 de fevereiro

[Portaria n.º 23/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2019

[Portaria n.º 24/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

[Portaria n.º 25/2019 - Diário da República n.º 12/2019, Série I de 2019-01-17](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Portaria que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2019

[Decreto-Lei n.º 6/2019 - Diário da República n.º 9/2019, Série I de 2019-01-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, quanto à caducidade dos processos disciplinares e às condições de exercício de funções públicas por aposentados ou reformados

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 17 JANEIRO DE 2019

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. Foi aprovado o Plano de Preparação e de Contingência para a saída do Reino Unido da União Europeia.

O Plano contém, por um lado, medidas de apoio aos cidadãos, de que se destacam o reforço dos meios consulares ao dispor dos portugueses residentes no Reino Unido e a garantia do respeito por todos os direitos dos britânicos residentes em Portugal.

O Plano inclui, por outro lado, medidas de apoio às empresas e setores económicos mais expostos ao Brexit, designadamente o reforço dos recursos humanos nos serviços aduaneiros e a abertura de uma linha de apoio às PME, no valor, renovável, de 50 M€.

2. Foi aprovado o decreto regulamentar que procede à fixação do universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos.

O IRS automático passa, assim, a incluir também os contribuintes que efetuem aplicações em planos de poupança-reforma.

Esta medida faz parte do Programa Simplex+, lançado pelo XXI Governo Constitucional com o objetivo de fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração, tornando-a mais eficiente e facilitadora da vida dos cidadãos e das empresas.

3. Foi aprovada a proposta de lei que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras.

A recente evolução da regulação bancária e das normas contabilísticas conduziu a um desfasamento entre a forma como as instituições de crédito e outras instituições financeiras reconhecem na sua contabilidade as perdas por imparidade associadas a operações de crédito e a forma como as mesmas são tratadas para efeitos fiscais.

A presente alteração visa sanar a divergência entre os sistemas contabilísticos e fiscais no que respeita ao tratamento de perdas por imparidades associadas a operações de crédito. Preveem-se ainda regras disciplinadoras para as perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, e ainda não aceites fiscalmente.

4. Foi aprovada a proposta de lei que reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164.

O diploma procede a alterações ao Código do IRC, à Lei Geral Tributária e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, transpondo parcialmente para o direito interno as diretivas comunitárias que são usualmente conhecidas pela designação inglesa Anti Tax Avoidance Directive - ATAD 1 e 2.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Com esta iniciativa, serão adotadas no sistema fiscal português as soluções comuns definidas no contexto da União Europeia (UE) em coerência com as conclusões dos relatórios finais das 15 ações do projeto do G20 e da OCDE sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros (vulgarmente conhecido por BEPS – Base Erosion and Profit Shifting). Pretende-se, assim, assegurar a implementação de medidas coordenadas capazes de desencorajar, de modo mais eficaz, práticas de elisão fiscal, garantir uma tributação justa e eficaz e reforçar a proteção dos sistemas fiscais ao nível global contra o planeamento fiscal agressivo.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

[Diretiva \(UE\) 2019/1 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno](#)

[Retificação do Regulamento \(UE\) 2019/26 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de janeiro de 2019, que complementa a legislação da União em matéria de homologação no que diz respeito à saída do Reino Unido da União Europeia \(IO L 8 I de 10.1.2019 \)](#)

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Negociações comerciais UE-EUA: Comissão Europeia apresenta projeto de mandatos de negociação](#)

[A Comissão congratula-se com a posição do Parlamento Europeu sobre o InvestEU](#)

[Comissão lança debate sobre uma transição progressiva para um processo de decisão mais eficaz e mais democrático no âmbito da política fiscal da UE](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Melhor Sociedade de Advogados
no Serviço ao Cliente
Chambers European Awards 2018

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006
The Lawyer European Awards 2015, 2012
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados
mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017-2011